



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan	
Vanessa Manfio	
Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues	
Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos	
Helen Soares Vitória	
Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	280

AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS

Suelen de Leal Rodrigues

RESUMO: Para inserir uma nova dinâmica produtiva e diminuir a concentração fundiária do município de Alegrete – RS, no ano de 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete. O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra e poder. Metodologicamente foram utilizados dados qualitativos e quantitativos empregando uma abordagem participativa. Os resultados apontam que existem sérios problemas na infraestrutura e na organização social do assentamento. Para a realidade analisada a articulação entre órgãos de ensino e extensão seria uma possibilidade de melhorar a organização produtiva e social do assentamento, promovendo, desta forma, uma paulatina transformação territorial.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, território, assentamento rural

ABSTRACT: In order to insert a new productive dynamic and to reduce the land concentration in the municipality of Alegrete - RS, in 2008, the National Institute of Colonization and Agrarian

Reform (INCRA) created the Novo Alegrete Rural Settlement. The objective of this work is to analyze the socioeconomic aspects of the Novo Alegrete Settlement and to diagnose the difficulties and prospects of transformation in a territory of concentration of land and power. Methodologically, qualitative and quantitative data were used using a participatory approach. The results indicate that there are serious problems in the infrastructure and social organization of the settlement. Concerned with the reality analyzed here, the articulation between teaching and extension organs would be a possibility to improve the productive and social organization of the settlement, thus promoting a gradual territorial transformation.

KEYWORDS: development, territory, rural settlement

1 | INTRODUÇÃO

O Assentamento Novo Alegrete está localizado, no município de Alegrete na mesorregião conhecida como Metade Sul do Rio Grande do Sul. De acordo com os dados da Fundação de economia e Estatista do RS (FEE, 2012) Alegrete apresenta um índice de desenvolvimento social e econômico (IDESE) com valor de 0,726 o que corresponde a 229 posição entre os 497 municípios do Rio Grande

do Sul. Associado ao pouco dinamismo socioeconômico existe paralelamente uma concentração muito forte terras. O Índice de Gini da estrutura fundiária do município de Alegrete de acordo com o relatório estadual DataLuta (2012) é de 0,718 o que corresponde a um valor forte a muito forte. Na presente pesquisa utilizamos como base o trabalho de Câmara (1949) onde o referido autor faz uma análise da Estrutura Agrária Brasileira e estipula como padrões os seguintes valores: 0,000 a 0,100 nula, 0,101 a 0,250 de nula a fraca; 0,251 a 0,500 de fraca a média; 0,501 a 0,700 de média a forte; 0,71 a 0,900 de forte a muito forte; 0,901 a 1,000 de muito forte a absoluto.

A relação entre estrutura fundiária e índice de desenvolvimento social e econômico foi explorado por GIOVANINI et.al (2011) onde os autores analisaram as diferentes microrregiões do Rio Grande do Sul. A constatação do referido estudo é que quanto maior a concentração de terras menores são os índices de desenvolvimento social e econômico, reflexo da concentração de riqueza. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva no ano de 2008, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete.

A inserção de assentamentos rurais em um território marcado pela concentração de terras e por uma produção em larga escala, cria uma nova territorialidade, pois os assentamentos rurais deveriam contribuir para diminuir a concentração de terras e de renda, garantir a perenidade das famílias no campo e produzir alimentos de qualidade com respeito aos recursos naturais. Portanto, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra e poder.

O trabalho apresentará no seu tópico primeiro o detalhamento da metodologia utilizada, o segundo tópico fará um breve resgate da estruturação fundiária brasileira e do Rio Grande do Sul e conseqüentemente a instalação do Assentamento Rural Novo Alegrete, a terceira parte apresentará os principais resultados e a última seção trará as considerações mais pertinentes identificadas no trabalho.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Na compreensão socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul Siman (2009) menciona o trabalho de Sparovek (2003), no qual foram analisados 4.430 assentamentos criados entre 1985 a 2001. De acordo com a interpretação de Siman (2009) o estudo de Sparovek (2003) aponta que a utilização do método quantitativo não reflete a realidade do desempenho dos assentamentos e sugere a utilização de critérios qualitativos que devem ser definidos de forma participativa.

A participação das comunidades na identificação dos seus problemas e na

busca a implantação de alternativas e propostas para equacioná-los, de forma que se apropriem do processo em curso, é de importância imprescindível para uma efetiva aproximação ao desenvolvimento rural sustentável.

Portanto, para a realização do diagnóstico do Assentamento Novo Alegrete foi utilizada uma metodologia participativa. O papel do diagnóstico é analisar a situação, identificar os problemas e as demandas e as possibilidades. Logo, procura-se organizar e analisar esses elementos com os agricultores, colocando as dificuldades e as potencialidades em um quadro geral.

O diagnóstico participativo privilegia o qualitativo, mas sem esquecer os dados quantitativos de base (superfície, tamanho dos rebanhos, mão-de-obra, etc.). De acordo com Creswell (2007), o emprego de técnicas mistas contribui para o enriquecimento da análise considerando as limitações de cada método. Na construção de diagnósticos, antes de tudo se busca compreender a lógica dos atores e a sua dinâmica. Seu campo de estudo engloba o conjunto da população e da organização social, o meio natural, as unidades de produção, e as relações com o exterior.

Considerando o caráter participativo do diagnóstico foram desenvolvidas as seguintes etapas integradas e não necessariamente sequenciais: Sensibilização do público envolvido no assentamento; Resgate de dados documentais e bibliográficos pertinentes à reforma agrária no RS e local; Construção participativa do instrumento de análise e sequencia da pesquisa, Diagnóstico socioeconômico dos lotes; Sistematização e análise dos dados.

Para fase de sensibilização foi delimitada uma amostra intencional descrita por Richardson (1999) como uma representação onde seus elementos:

[...] relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano das hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam uma população, é necessário assegurar a presença do sujeito tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON, 1999, p. 161).

Portanto, a amostra contemplou os coordenadores de cada grupo do assentamento, por entender que os mesmos seriam informantes-chaves que de acordo com Gil (1999) podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais ou personalidades destacadas.

Para realização da primeira reunião formal foi utilizada a técnica de grupos focais, Morgan (1997 apud Gondim 2002, p. 3) define grupos focais como uma técnica que coleta de dados por meio de informações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade.

O instrumento utilizado para realizar o diagnóstico social e econômico do

assentamento Novo Alegrete foi construído depois de algumas reuniões com as lideranças do assentamento, onde previamente foi identificado alguns pontos essenciais, desta forma, as questões são semiestruturadas, ou seja, com questões abertas e fechadas. As entrevistas abordaram variáveis sociais (origem, idade, sexo, escolaridade, história de vida, envolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e perspectiva de continuar no lote), econômicas (produção, financiamento, origem da renda, assistência técnica e associações) e de infraestrutura (acessibilidade, comunicação, abastecimento de luz, água, saneamento básico, destino do lixo e formas de lazer).

3 | BREVE HISTÓRICO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA DO RS E INSTALAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE.

A formação territorial brasileira foi estruturada com base na grande propriedade, monocultora e exportadora. No processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, a doação das primeiras sesmarias ocorreu entre os anos de 1731 e 1733. As grandes extensões de terra e a existência de rebanhos bovinos levaram à imediata consolidação de um sistema de pecuária extensiva, principalmente na região fitogeográfica do Pampa, por apresentar um relevo plano formado por savanas e estepes. Os donos de estâncias constituíram nesta região conhecida como Metade Sul, a base de uma reduzida aristocracia regional, estruturada na concentração do poder e da terra.

Em termos territoriais o Estado do Rio Grande do Sul pode ser classificado em duas grandes regiões, o Norte fitogeograficamente marcado por áreas de matas e campos altos do planalto e o Sul marcado por áreas planas dos campos que formam o Bioma Pampa. Na Metade Norte a ocupação territorial ocorreu na metade do século XIX com a chegada em 1824 dos primeiros imigrantes que vieram para suprir a demanda de gêneros alimentícios para abastecimento interno. Atualmente a região apresenta os melhores índices de desenvolvimento econômico e social, concentra os setores da indústria e serviços, possui um setor primário caracterizado pela pequena e média propriedade, coexistindo o modelo familiar e empresarial.

A Metade Sul corresponde aquela que constituiu as primeiras áreas de ocupação territorial, atualmente possui os menores índices de desenvolvimento social e econômico, uma economia estruturada em grandes propriedades monocultoras e pastoris, menor concentração e diversificação dos setores de indústria e serviço.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009), a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul possui um território de 154.100 km² que abrange 105 municípios do Extremo Sul do país, abriga uma população de 2.638.350 habitantes, com densidade demográfica de 17,12 hab/km² (estimativa de 2007 – IBGE) e faz fronteira com Argentina e Uruguai, além de atingir uma parte do litoral gaúcho

(Figura 1).

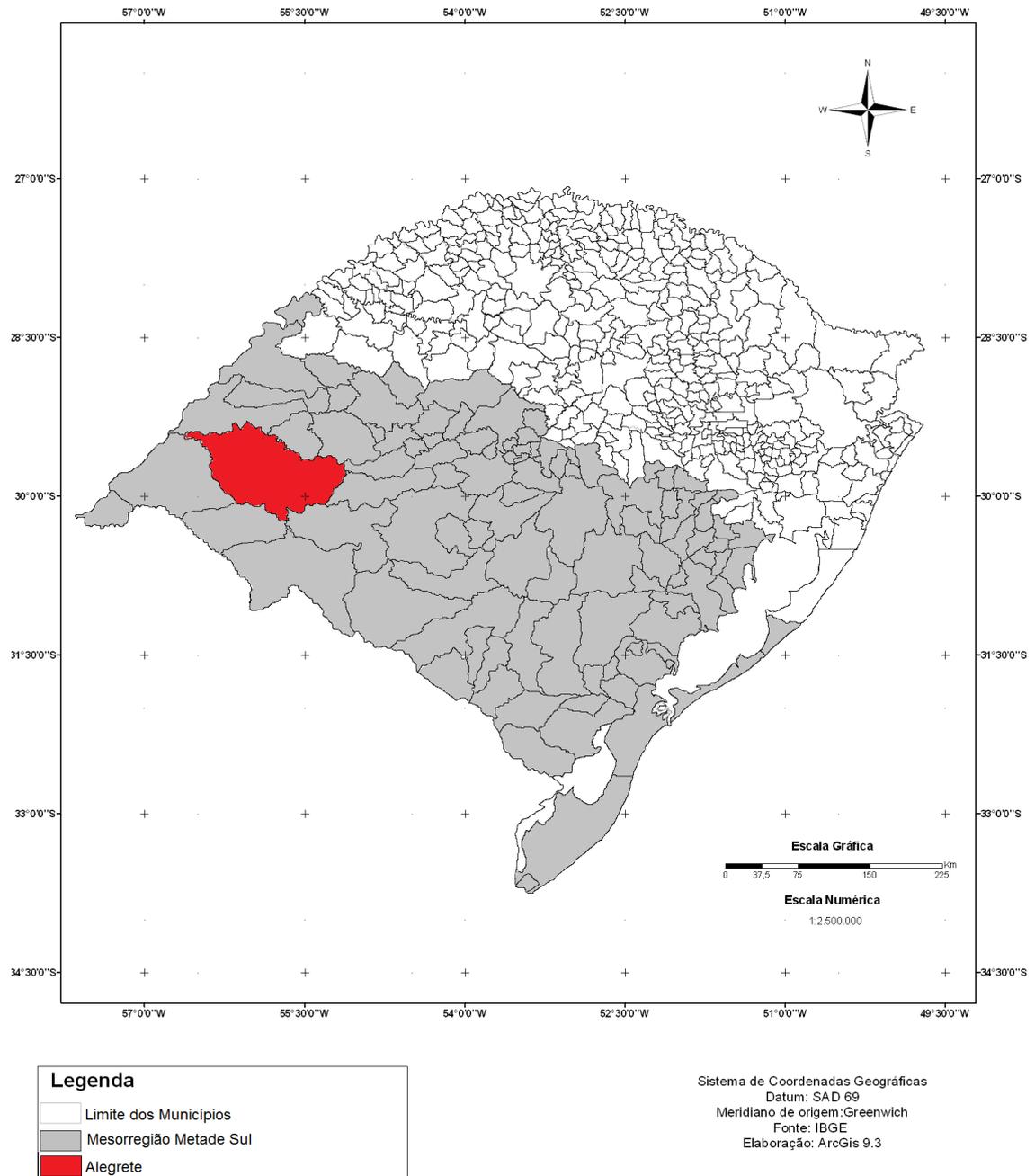


Figura 1- Localização Metade Sul e do Município de Alegrete.

Elaboração: Rodrigues. S. L

A concentração de terras existentes na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e a pressão dos movimentos sociais, por uma política fundiária que atendesse as demandas por terra, fez com que essa região fosse alvo das políticas Reorganização Fundiária.

Portanto, é no contexto histórico e socioeconômico da mesorregião Metade Sul que está localizado o município de Alegrete que possui um baixo índice de desenvolvimento social e econômico comparado aos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva no ano de 2008, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete,

no município de Alegrete.

4 | RESULTADOS

O assentamento Novo Alegrete possui uma área territorial de 1.197,1519 ha, divididos em 63 lotes com aproximadamente 19 ha, hoje de acordo com a Relação de Beneficiários do INCRA (2017) estão ocupados em torno de 57 lotes, sendo que o documento aponta um beneficiário duplicado, portanto, são 56 ocupados. A pesquisa conseguiu fazer o levantamento social e econômico de 78,5% ou seja, 44 lotes, 46 famílias, pois há lotes com mais de um núcleo familiar e dados de 175 pessoas.

Para compreender a formação social das diferentes famílias assentadas no Novo Alegrete, o instrumento contemplou variáveis sociais (origem, idade, sexo, escolaridade, história de vida, envolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, perspectiva de continuar no lote). Investigar a origem dos assentados do Assentamento Novo Alegrete, têm como objetivo mapear o processo migratório da população, identificar as regiões geográficas de origem e associar esta informação com o processo de inserção desta população na região Metade Sul, um território distinto da sua origem.

Utilizando a classificação de Mesorregiões Geográficas do Rio Grande do Sul, foi identificado que os assentados tem origem de 39 municípios, onde 65% desses pertencem a Mesorregião Noroeste presente na Metade Norte do RS. A Mesorregião Noroeste possui uma estrutura fundiária menos concentrada, mas possui uma densidade demográfica mais elevada o que o que gera uma demanda maior por terra. A identificação deste dado nos permite identificar o movimento migratório de uma população que sai da Metade Norte e vai ocupar a Mesorregião Geográfica Ocidental pertencente a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A adaptação ao novo território marcado por um bioma típico de campos, solos arenosos e tradição pecuarista foi mencionado como algo estranho para as pessoas que vinham da região noroeste, tanto no aspecto cultural, ambiental e produtivo. Outro dado ressaltado é que assim que chegaram ao município de Alegrete a maior dificuldade que enfrentaram foi o preconceito, como no início as famílias só ganhavam uma cesta básica, era necessário trabalhar para conseguir dinheiro e então começar a produzir, no entanto, eram poucos que conseguiam algum trabalho, pois havia um forte preconceito da população local. Alguns relatos mencionaram que os estabelecimentos locais se negavam a vender qualquer produto para os assentados.

Ao serem questionados sobre os motivos que incentivaram a adesão ao MST as 46 famílias entrevistadas apontaram o desejo de melhorar de vida e ter um terra para cultivar, sair da exclusão social das cidades. Ao investigar a história pessoal e familiar foi identificado que 71% das famílias possuíam um passado ligado a agricultura, ou seja, que foram criados no interior, ou mesmo já haviam trabalhado em funções rurais e que a vida no campo era algo familiar.

O desenvolvimento produtivo dos lotes geralmente remete ao passado cultural dos assentados, pois aqueles sem tradição da agricultura possuem dificuldades para começar a produzir, o que demanda um trabalho maior de orientação técnica, tanto para produção quanto para aplicação dos recursos acessados via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nas famílias que já possuíam um passado relacionado com a terra, constatou-se empiricamente que mesmo com dificuldades, as mesmas diversificavam a produção no lote, associando a atividade da pecuária leiteira com uma pequena horta. Nos lotes onde as famílias não possuíam ligação com a terra, mas aderiram ao movimento por entender que seria uma alternativa para sair das ruas e da pobreza extrema, constatou-se apenas um tipo de atividade, na maioria criação de porcos, aves ou gado de leite não havendo associação com pomar, horta ou pequenas lavouras. As famílias oriundas do meio urbano sem familiaridade com as atividades agrícolas, relataram que não sabiam como começar a produção e que isso certamente foi um limitador de suas oportunidades, considerando que a orientação e assistência técnica são insuficientes.

A faixa etária por sexo também foi uma variável estudada, pois nas áreas rurais está ocorrendo um processo de envelhecimento da população, onde o casal fica na terra e seus descendentes migram para cidade não dando continuidade a produção. O futuro de qualquer comunidade rural está intimamente relacionada a perspectiva de sucessão da atividade agrícola, no entanto, é cada vez maior o número de jovens que saem do campo e não retornam para o meio rural. Desta forma, a (Figura 2) retrata a Pirâmide Etária do Assentamento Novo Alegrete.

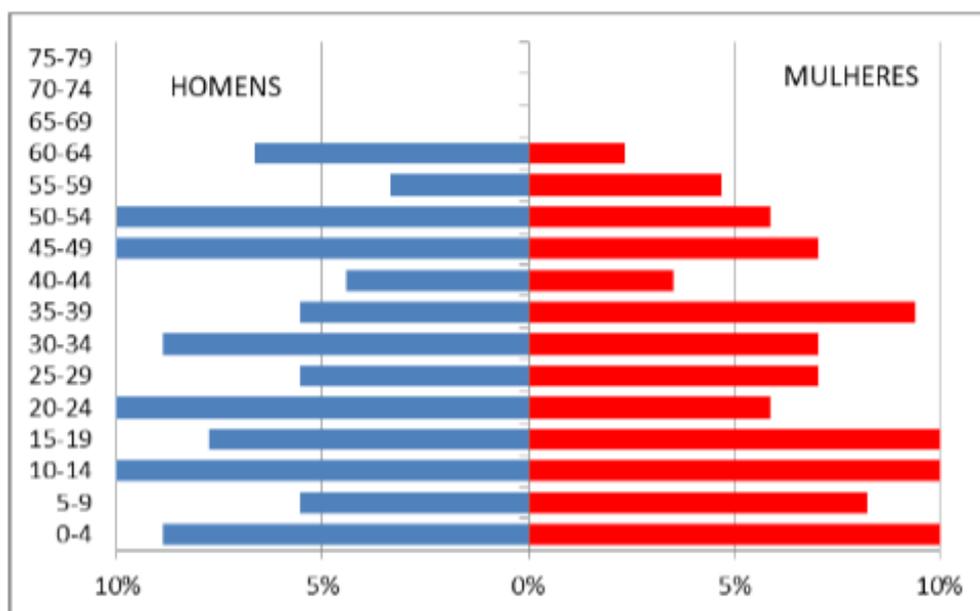


Figura 2- Pirâmide Etária do Assentamento Novo Alegrete.

Fonte: Trabalho de campo 2015 e 2017

Foram analisados dados de 175 pessoas, a população jovem (15-24), adulta (25-59) e idosa (acima de 60) corresponde, a 70,2% da população analisada, os idosos

correspondem a 4,5% da população. Portanto, mesmo não tendo um percentual de idosos significativo, quando a família era questionada sobre a sucessão produtiva do lote todas as 46 famílias alegaram que dificilmente os filhos ficariam na terra, pois as dificuldades enfrentadas para produzir e a falta de infraestrutura faz com que os filhos queiram ir estudar e trabalhar na cidade.

Considerando que o fator educação interfere na qualidade de vida, na capacidade de análise e participação sociopolítica, foi investigado o grau de escolaridade dos assentados do Novo Alegrete. Referente ao grau de escolaridade 67,51 % das 175 pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, desta parcela 45,4% corresponde a faixa etária de (15-64), ou seja, são jovens, adultos e idosos que desistiram ou não tiveram acesso a educação. A (Figura 3) mostra a escolaridade da população assentada.

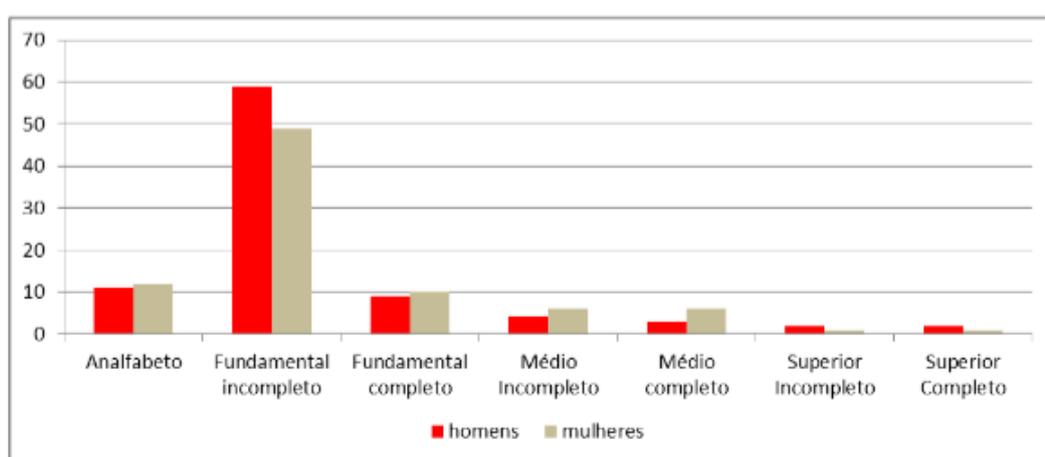


Figura 3- Escolaridade da população assentada.

Fonte: Trabalho de campo 2015 6 2017

Em relação aos diferentes níveis de escolaridade dos 67,51% que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 39,43% são homens e 28,08% são mulheres, já nos níveis mais avançados, ensino médio completo e incompleto, superior completo e incompleto existe um relativo equilíbrio. Trata-se de uma população de baixa escolaridade, pois a maioria parou os estudos ainda em séries iniciais do ensino fundamental. Empiricamente, a partir de relatos e observações, foi constatado que este fator interfere no desenvolvimento produtivo, pois muitos precisam de ajuda para ler e compreender as instruções seja para acessar linhas de crédito, ou para entender as orientações técnicas de produção.

Referente as variáveis econômicas foram investigadas a (produção, financiamento, origem da renda, assistência técnica e associações,). Atualmente a produção de leite é a única estrutura produtiva minimamente organizada, dos 44 lotes analisados no mínimo 56% possuem gado de leite, associando com criatórios de gado de corte, aves, suínos, ovelhas, hortas e lavouras em sistema de parceria. Para custeio da produção dos 44 lotes visitados 54% acessaram o PRONAF e sua aplicabilidade foi destinada em

investimentos na área da produção de leite, na aquisição de animais, ordenhadeiras e cercamento do lote, alguns mencionaram a compra de bomba de água elétrica, para puxar água de açudes, poços e represas, pois os lotes não possuem água por sistema de distribuição geral. Entre os cultivos para autoconsumo destacam-se as plantações de milho, mandioca, feijão batata doce, abóbora e hortaliças. Atualmente existe um lote certificado pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para fornecer ovos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O lote analisado pela presente pesquisa corresponde a um núcleo familiar onde a agricultora é também técnica agrícola e seu marido é engenheiro Agrônomo com experiência na área de Assistência Técnica para Assentamentos (ATES), pois o mesmo já trabalhou para cooperativas que prestam serviços de ATES. Ambos reunindo conhecimento e esforço investiram na produção de ovos, tendo hoje em torno de 300 aves. Trata-se de um importante exemplo para os agricultores do Assentamento Novo Alegre, servindo de inspiração para outras famílias que queiram investir na atividade.

Ao investigar a origem da renda familiar, 38% dos 44 lotes analisados, declararam que a renda principal era oriunda de atividades agrícolas de exploração do lote, porém ao investigar a presença de aposentados e crianças beneficiadas com o programa Bolsa Família, no núcleo familiar, foi possível detectar que apenas 6,8% dos lotes, realmente tinham como renda principal a exploração da terra.

A prestação de serviço agrícola, como fonte principal de renda, foi declarado por 43% dos 44 lotes analisados, entre as atividades desenvolvidas, muitos são empregados permanentes em fazendas das regiões e outros prestam serviços temporários na época da colheita. No que tange as atividades não agrícolas, essas foram declaradas por 18% dos lotes, entre as atividades desenvolvidas foi identificado o artesanato, desenvolvido por um grupo de mulheres, empregos temporários de pedreiro e marceneiro. Portanto, dos 44 lotes analisados, 61,3% precisam complementar a renda, pois somente a exploração agrícola do lote não é suficiente. Complementar a renda com prestação de serviço agrícola ou mesmo com atividades não agrícolas é um fator muito observado em áreas de agricultura familiar. No caso do assentamento Novo Alegrete foi possível identificar uma preponderância de famílias pluriativas. O assentamento Novo Alegrete é carente de qualquer tipo de infraestrutura básica, estrada, saneamento, água encanada e organização produtiva, dificilmente uma família consegue se manter com a renda oriunda apenas da exploração do lote. A (Figura 4) mostra a origem da renda das famílias.

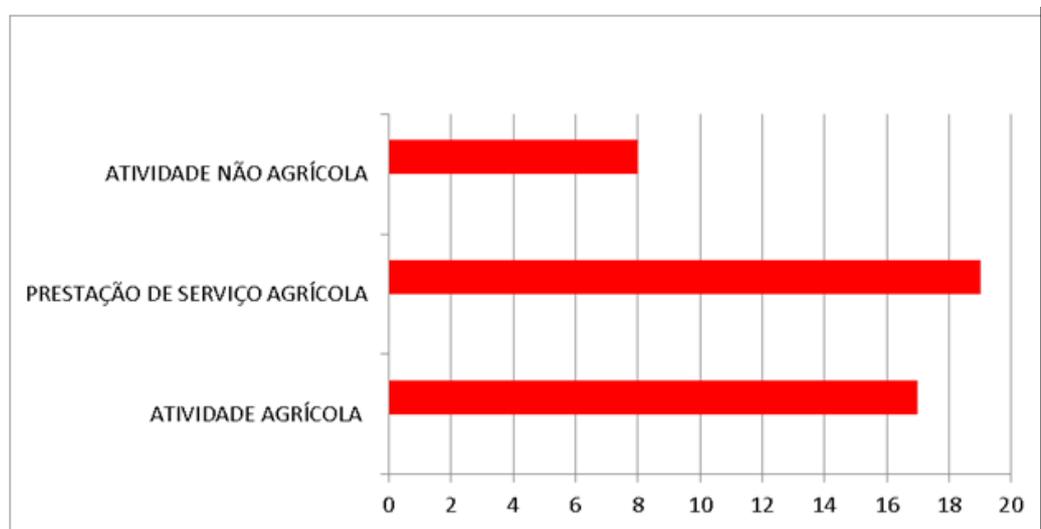


Figura 4 - Origem da renda das famílias

Fonte: Trabalho de campo 2015 a 2017

Estes dados nos permitem afirmar, que se as famílias assentadas não conseguem sobreviver apenas da renda da terra e que só estão sobrevivendo pela diversificação de atividades fora do lote e por receberem benefícios sociais e aposentadoria.

Ao analisar as ocupações dos membros da família é possível averiguar que os homens são os que saem para prestar serviços agrícolas e que as mulheres são as que tomam conta do lote, pois a maioria das mulheres se declararam agricultoras, ou seja, que se envolvem nas atividades agrícolas do lote e poucas alegaram que eram apenas responsáveis por tarefas domésticas Figura 5.

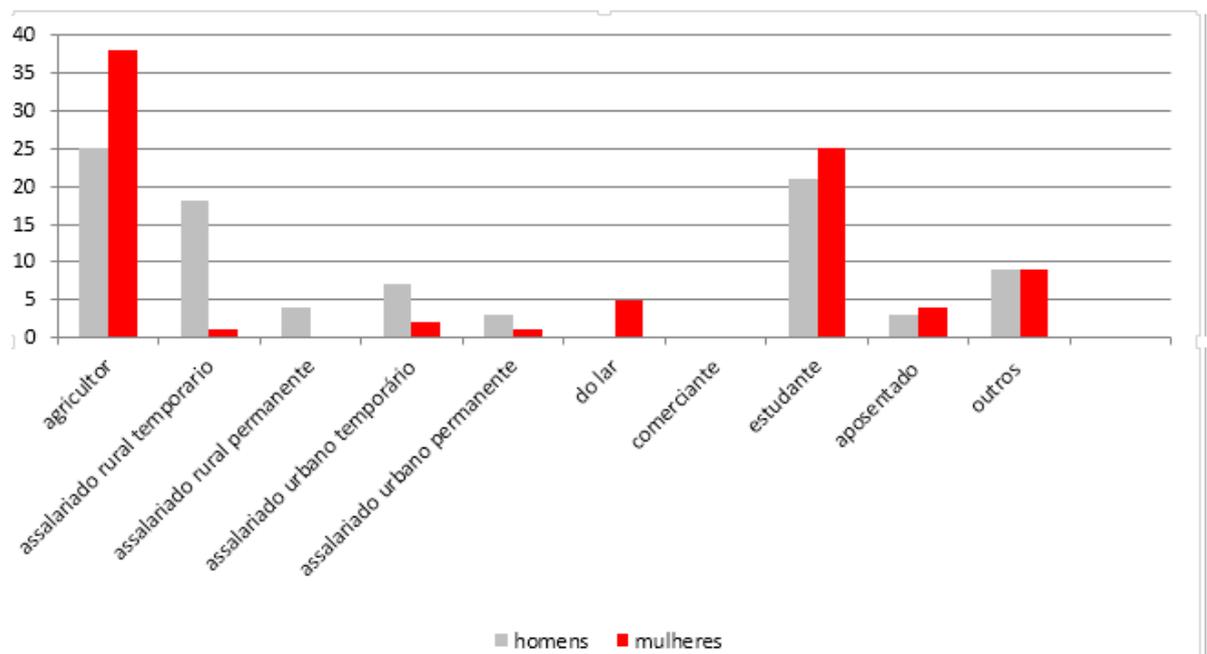


Figura 5 - Ocupação dos membros da família

Fonte: Trabalho de campo 2015 a 2017

As mulheres estão envolvidas tanto nas atividades domésticas quanto na agricultura, desta forma, considerando o papel significativo das mulheres no trabalho

agrícola é pertinente o incentivo e a qualificação das mesmas para que possam aumentar seus rendimentos. No decorrer da pesquisa foram identificadas algumas demandas e o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) ofertou um curso de avicultura destinado as mulheres.

Para diversificação da renda as atividades não agrícolas são uma alternativa, no entanto, o crescimento dessas atividades está vinculado a um processo educativo. Em trabalho que correlaciona Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro Ney; Hoffman (2009) traz os estudos de Lanjouw (1999) e Reardon (2001), onde os autores citados destacam que o baixo nível de escolaridade da população limita o crescimento de atividades não agrícolas. Referente as atividades não agrícolas para a realidade do assentamento Novo Alegrete, existe um pequeno grupo de mulheres envolvidas com artesanato, nesta área o (IFFAR) ofertou cursos de extensão envolvendo o artesanato em lã e na área de agroindústria o aproveitamento de alimentos, padaria e confeitaria. Aqui identificamos um nicho de geração de renda significativo que pode contribuir para renda familiar.

Para promover a representação institucional e jurídica do Assentamento Novo Alegrete para o acesso às políticas públicas disponibilizadas no âmbito municipal, estadual e federal em 2011, após dois anos de motivação e sensibilização das famílias do Assentamento Novo Alegrete houve a constituição da Associação Familiar do Novo Alegrete (ASFAN) com 47 famílias. Após sua fundação, a ASFAN realizou a mediação das demandas dos associados junto ao município. Entre as principais reivindicações é pontuada a manutenção das estradas de acesso, os problemas de abastecimento de água para as famílias e o acesso aos serviços da patrulha rural. A associação organizou a produção de leite, favorecendo o recolhimento para empresas através de resfriadores coletivos, entre outras ações pontuais. A ASFAN consiste no elo que representa as famílias assentadas perante as instituições, promovendo o diálogo entre os assentados e governantes locais. No entanto, nem todos os assentados reconhecem ou entendem a importância da ASFAN como representatividade social. Ao serem questionados sobre a associação poucos sabiam definir qual era sua importância.

A instituição responsável pela assistência técnica no assentamento é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), dos 44 lotes analisados 84% alegaram receber assistência, porém esta varia de esporádica a mensal, pois além do Assentamento Novo Alegrete a EMATER também assiste ao Assentamento Unidos pela Terra. Portanto, a demanda de trabalho da EMATER é muito grande e a mesma possui um reduzido quadro técnico, o que inviabiliza uma orientação técnica mais frequente. A falta de orientação faz com que os agricultores tenham dificuldade para acessar linhas de crédito, aplicar de forma correta e desenvolver a produção.

Referente as variáveis de infraestrutura foram analisadas questões de acessibilidade, transporte, comunicação, abastecimento de água, saneamento básico, destino do lixo e formas de lazer). O principal acesso ao assentamento Novo Alegrete é a rodovia estadual ERS 377 que apresenta condições razoáveis de circulação, mas

para chegar ao assentamento é necessário utilizar estradas secundárias que são mal conservadas. A energia elétrica foi instalada no assentamento apenas em 2011, ou seja, três anos depois da criação do assentamento, como meio de comunicação todas as famílias utilizam aparelho celular, dos 44 lotes analisados 50% declararam não ter acesso a internet e 45% acessam via celular e apenas um lote tem antena para acessar via rádio.

Decorridos quase 10 anos da implantação do assentamento o assentamento não possui rede de abastecimento geral de água nem para o consumo e nem para as atividades agrícolas. Para o abastecimento das residências a cada 15 ou 20 dias a prefeitura de Alegrete envia um caminhão que é abastecido no assentamento, pois existe um poço artesiano na antiga sede da fazenda desapropriada, abastecido o caminhão distribui a água nos lotes e é frequente o relato de haver desabastecimento pelo fato do caminhão estragar.

Atualmente os assentados estão sendo beneficiados com casas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH) em regime de mutirão, em parceria com outras Cooperativas, INCRA e Caixa Econômica Federal. De acordo com o INCRA (2016) em dezembro de 2016 foram entregues 47 casas de alvenaria no Assentamento Novo Alegrete cada família recebeu uma unidade habitacional de R\$ 33 mil, dos quais R\$ 28,5 mil foram pagos por meio do Programa Nacional de Habitação Rural/Minha Casa Minha Vida, financiado pela Caixa Econômica Federal, destes R\$ 28,5 mil os assentados devem pagar 4% do valor, em quatro parcelas anuais de aproximadamente R\$ 280, o restante R\$ 4,5 mil foi pago pela da Secretaria Especial de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul. As casas são 52,8m² e possuem três dormitórios. As casas estão em fase de conclusão, no entanto, para instalação do banheiro será necessário a canalização de água e nenhum lote recebe água pela rede geral de distribuição. Todo o esgoto do banheiro é lançado em fossas rudimentares (patentes), agora com a instalação de banheiros nas novas moradias foram construídas fossas sépticas, porém o problema da água ainda não foi solucionado e muitos estão acoplando caixas de água no banheiro para que o sistema de descarga possa funcionar.

Não existe serviço de coleta de lixo, desta forma, os resíduos secos são enterrados ou queimados na propriedade, o lixo orgânico e os efluentes domésticos são jogados ao céu aberto, alguns resíduos domésticos como restos de comida são utilizados para alimentar os criatórios e apenas 29% das famílias fazem compostagem. Considerando que a maioria dos criatórios são extensivos os dejetos dos criatórios ficam a céu aberto não sendo reutilizados para fertilização do solo. A utilização de esterqueiras além de produzir um fertilizante natural para o solo é uma alternativa de baixo custo para impedir que os dejetos infiltrem no solo contaminando os cursos d'água subterrâneos e/ou cursos d'água superficiais

Referente aos serviços na área da saúde os assentados utilizam o posto de saúde da Vila do Passo Novo e a unidade móvel que mensalmente atende as famílias no assentamento. A distância dos centros urbanos de Alegrete e Manoel Viana e o

difícil acesso por estradas mal conservadas dificultam os serviços de emergência, pois foram relatados vários casos de mortes que ocorreram pelo tempo de deslocamento até uma unidade de pronto atendimento.

Considerando a baixa escolaridade da população assentada, foi investigada a acessibilidade dos estudantes em relação aos estabelecimentos escolares. As crianças que cursam o ensino fundamental todas estão matriculadas na escola municipal Barros Cassal, localizada na Vila do Passo Novo, distante uns 8km do assentamento, o ônibus diariamente entra no assentamento para realizar o transporte. Em relação aos jovens e adultos a maioria estuda em escolas de Alegrete e alguns estão cursando o ensino médio e superior no Instituto Federal Farroupilha. O transporte para os alunos do noturno é oferecido pela prefeitura de Alegrete, portanto, a maioria dos jovens e dos adultos estudam na sede municipal que fica a 50 km e alguns casos esporádicos pegam carona com esse transporte para chegar até o Instituto Federal Farroupilha que fica a 15 km. A maioria dos alunos assentados que hoje cursam o ensino superior no IFFAR, campus Alegrete, estão instalados nos alojamentos, justamente porque não existe um transporte noturno para esses alunos.

Como o assentamento fica distante dos centros urbanos as formas de lazer também foram investigadas, pois as mesmas podem contribuir para criação de elos de amizade e manutenção cultural, esses fatores podem ajudar no fortalecimento do tecido cultural de forma que o coletivo crie uma identidade. Quando questionados sobre suas formas de lazer, as mulheres citaram o culto da igreja, o chimarrão com a vizinha, as que participavam do grupo de artesanato mencionaram a atividade como algo prazeroso e em termos de espaço coletivo a atividade mais mencionada foi o jogo de futebol no campinho aos finais de semana. Ao investigar, as possibilidades de investimento na área de lazer, a maioria citou uma praça para as crianças e para encontro das famílias.

5 | CONCLUSÕES

Em cumprimento ao objetivo proposto analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra é possível chegar a algumas conclusões gerais.

Atualmente a produção de leite é a única estrutura produtiva minimamente organizada dos 44 lotes analisados no mínimo 25 (56%) possuem gado de leite associando com criatórios de aves, suínos e ovelhas, destes 21 (84%) aplicaram o Pronaf na produção de leite. A maioria possui produção para autoconsumo, no entanto, é insuficiente, pois entre os dados analisados 38% dos 44 lotes analisados alegaram que a renda principal advém de atividades agrícolas de exploração do lote, mas ao detalhar os dados declarados, foi identificado que essas famílias recebiam aposentadoria ou Bolsa Família e apenas 3, ou 6,8% dos lotes realmente se mantinham com a renda

advinda da exploração do lote, a prestação de serviço agrícola em associação com a exploração do lote é a alternativa de sustentação encontrada pelos assentados, pois dos 44 lotes analisados 43% declararam ter ocupações agrícolas fora do lote.

As atividades não agrícolas são identificadas como atividades pontuais e de menor expressão, pois só foram identificadas em 8 (18%) dos lotes, sendo estas conduzidas por mulheres seja na área do artesanato ou venda de farináceos como cucas, pães, doces. No entanto, as atividades não agrícolas são uma alternativa de geração de renda que merecem especial atenção, considerando que podem ser desenvolvidas para fortalecer os elos de cooperação e resgate da autoestima dos envolvidos. Aqui é possível sinalizar uma possibilidade de geração de renda que pode ser estimulada pela oferta de cursos de extensão, como o de padaria que foi ofertados pelo IFFAR – campus Alegrete que foi além de ser apenas a qualificação específica, pois ofertou oficinas que contemplaram diversos temas como cooperação e saúde da mulher. No entanto, para ampliação do público contemplado e perenidade dos projetos é necessário parceria entre diferentes órgãos. É pertinente destacar que os diferentes cursos são demandados pelos assentados e comunidade do Passo Novo, mesmo assim existe uma problemática relacionada ao envolvimento e empoderamento desse público, pois os mesmos desistem e a evasão é grande.

A população do Assentamento Novo Alegrete possui uma baixa escolaridade, 67,51 % de 175 pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, o que em si é um limitador para o entendimento dos seus direitos. Pela precária infraestrutura, de estradas, meios de transporte, saneamento básico, sistema de distribuição de água e acesso a formas de lazer e educação, a perspectiva é de que os jovens não queiram permanecer no assentamento. As 46 famílias entrevistadas manifestaram preocupação com a sucessão produtiva do lote, pois os jovens estão migrando para cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Portanto, a fixação desses jovens passa necessariamente por uma melhoria estrutural que oferte os serviços básicos, qualificação e oportunidades de produzir no lote. Por se tratar de um território historicamente construído na concentração do poder e da terra a manutenção de um assentamento rural apresenta muitos entraves, que vão do preconceito ao descaso dos órgãos que deveriam assessorar o assentamento. A ampliação das possibilidades de melhorias socioeconômicas da realidade analisada deve contemplar um processo educativo e motivador em que as famílias sejam empoderadas do seu desenvolvimento. A partir do levantamento dos dados sociais e econômicos do assentamento, um dos problemas identificados é a necessidade de um engajamento maior das famílias na Associação Familiar do Novo Alegrete (ASFAN) para que haja uma possibilidade de ampliar o diálogo com os poderes locais, buscar melhorias na infraestrutura e estabelecer parcerias para suprir as diversas demandas principalmente no setor educativo e de assistência técnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIN DATALUTA. **Banco de dados Dataluta RS** 2012. Disponível em: <<http://neagufgrs.wix.com/neag#!dataluta-rs/oajt9>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - (MI), Secretaria de Programas Regionais – (SPR). **PROMESO Programa de Promoção da Sustentabilidade Sub-Regionais**. 2009 Disponível em:<www.mi.gov.br/cartilha-promeso>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-11_rs_0.pdf> Acessado em: 10 mar. 2018.

_____. (INCRA). **Assentados de Santa Margarida do Sul (RS) recebem 33 casas**. 2016. Disponível em< <http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-de-santa-margarida-do-sul-rs-recebem-33-casas>>. Acesso em: 14 Dez. 2016.

CÂMARA, L. A. Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico**. v.7. n.77, p. 516-528, 1949. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n77_ago.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

GIOVANINI, A.; MARIN, S. R.; ATAÍDES, C.; AREND, M. Estrutura fundiária e desenvolvimento humano: uma análise para as microrregiões do Rio Grande Do Sul. **ESTUDOS DO CEPE**. n.34, p.263-290, jul./dez, 2011. Disponível em:<<http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2279>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONDIM, S. M. G. Grupos Focais Como Técnica De Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paidéia**. v.12, n.24, 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2002000300004>. Acesso em: 20 nov. 2015.

NEY, M. G; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. v.47, n.1, p.147-181, 2009. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000100006>>. Acesso em 3 jun. 2018.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. (FEE), Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)**. 2012. Disponível em:<<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>>. Acesso: 20 fev. 2016.

SIMAN, R. F. **Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul**. 2009. 192f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

